

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita vai exigir CPF de todos os cotistas de fundos.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A farra arrecadatória de Estados e municípios na reforma.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pagamentos invisíveis são a nova fronteira da eficiência corporativa.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado reduz projeção de IPCA.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Big techs' seguem acelerando e risco de bolha divide analistas.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Defesa: R\$ 5 fora do teto.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Varejo alimentar traça reação com queda na venda e deflação.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Inflação de longo prazo recua, mas mercado ainda duvida do BC.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Alívio fiscal até 2027, mas risco persiste (Artigo).....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

História econômica do país é contada em videocast da CBN.....18

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Tesouro lança Black Friday TD com cashback.....19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fundo se transforma em saída para gastos não previstos no Orçamento (Artigo).....20

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Acabou o fingimento sobre a meta fiscal (Editorial).....21

PORTAL UOL - COTIDIANO
SEGURIDADE SOCIAL

CPI do INSS prende, por falso testemunho, presidente de entidade que movimentou R\$ 410 milhões.....23

Terça-Feira, 4 de Novembro de 2025

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Ascensão social está mais difícil para os mais pobres, diz estudo.....25

A TARDE - SALVADOR - BA - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Entidade sem funcionários faturou R\$ 221 milhões, diz CGU.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão vota hoje isenção do IR após Fazenda negar perda de arrecadação.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Disputa política em CPI do crime organizado preocupa o governo.....30

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

DISPUTA NA SEGURANÇA - Por lei 'antifacção', governo atua para neutralizar e adiar análise
de projeto da oposição na Câmara
.....32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

CBPA fraudou R\$ 221 milhões.....34

Receita vai exigir CPF de todos os cotistas de fundos

A **Receita Federal** publicou instrução normativa que determina que todos os fundos de investimento passem a informar o CPF de cada cotista final. A medida reforça o rastreamento de operações e busca dificultar a atuação de facções criminosas. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a exigência amplia a transparência e fortalece o combate à lavagem de dinheiro, à ocultação de patrimônio e a esquemas de pirâmide.

A norma entra em vigor em janeiro de 2026, com adoção em duas etapas para alguns grupos, como sociedades simples e limitadas; entidades no exterior que tenham por objetivo a aplicação de recursos no mercado financeiro; fundos de pensão no Brasil ou no exterior; e entidades sem fins lucrativos.

Essa instrução normativa cria o Formulário Digital de Beneficiários Finais (e-BEF), ferramenta eletrônica em que administradores de fundos e instituições financeiras devem informar quem detém, controla ou se beneficia dos investimentos. O documento poderá ser pré-preenchido com dados já registrados na base da **Receita Federal**.

As informações prestadas no e-BEF serão integradas ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e cruzadas com outras bases de dados públicas para reforçar a fiscalização. O prazo de adequação à nova regra é de 30 dias.

Empresas que deixarem de prestar as informações poderão sofrer suspensão do CNPJ, bloqueio de operações bancárias e multas.

Haddad garantiu que a exigência encerra o anonimato em fundos exclusivos (especiais para grandes investidores), em que não era obrigatório informar o beneficiário final, especialmente em casos em que um fundo é cotista de outro.

Segundo o ministro, a iniciativa foi inspirada em lições da Operação Carbono Oculto, deflagrada na região da Avenida

Faria Lima, em São Paulo, para investigar suspeitas de lavagem de dinheiro por meio de fundos de investimento.

A **Receita Federal** passará a receber mensalmente os

relatórios 5.401 e 5.402, com informações detalhadas sobre os fundos e cotistas, como identificação, patrimônio líquido, número de cotas, CPF e CNPJ.

-Vamos saber se é um laranja, se é um residente, se é um não residente. Vamos aumentar o poder de fiscalização -disse Haddad.

Fundos de investimento no exterior deverão declarar seus beneficiários, independentemente do número de cotistas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A farra arrecadatória de Estados e municípios na reforma

Recentemente o Congresso impôs uma derrota ao governo, ao não aprovar a Medida Provisória (MP) nº 1303, que aumentaria a tributação de investimentos e penalizaria o já sobrecarregado contribuinte brasileiro. Após a vitória, o discurso adotado pelos deputados foi de que esse seria um recado no sentido de que não se toleraria mais o aumento de **impostos**.

Acontece que o Legislativo com um soi-disant leão na briga contra **impostos** federais, mas um cordeirinho quando o assunto é aumento da carga tributária estadual e municipal. Os entes subnacionais têm festejado o processo de regulamentação da **reforma tributária**, já que o Congresso vem, na surdina, aprovando medidas que implicarão em enorme aumento de arrecadação do IBS - o novo imposto que será compartilhado por Estados e municípios - nos próximos anos.

Um primeiro exemplo das medidas ocultas de arrecadação da reforma diz respeito à possibilidade de cobrança dos **tributos** hoje existentes na base dos novos (criados com a reforma) no período de 2029 a 2032 -

durante a fase de transição. A mesma Câmara dos Deputados que há poucos dias se vangloriava de ter derrubado o aumento dos **impostos** propostos pelo governo federal, em 2023 excluiu da proposta de emenda constitucional da **reforma tributária** uma regra que vedava a cobrança de imposto sobre imposto - um absurdo já afastado pelo STF. Essa brecha permitirá que, durante quatro anos, os Estados e municípios inflem as bases de cálculo utilizadas para determinação do ICMS e do ISS.

Também recentemente, o Senado Federal aprovou, com alterações, o segundo projeto de **reforma tributária** - o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº

108/24. Esse projeto, vale lembrar, é coordenado, majoritariamente, por secretários de Fazenda dos Estados, e visa regulamentar as questões administrativas atinentes ao IBS, tais como o funcionamento do Comitê Gestor e os detalhes do processo administrativo tributário. Essa coordenação fiscalista foi responsável por um texto perverso para os contribuintes - por exemplo, com a novidade de uma composição desproporcional dos principais órgãos de

administrativos tributários, que será formado com a participação decorativa de contribuintes.

Insatisfeito em promover distorções no processo administrativo fiscal, esse segundo projeto foi além, e está sendo utilizado para alterar regras já aprovadas da reforma e aumentar a tributação, contrariando a promessa de que os novos **tributos** manteriam a atual "carga tributária" atualmente existente.

Estados e municípios estão aproveitando a subjetividade do termo "carga tributária atual" para alterar a regra do jogo e possibilitar o aumento dos **tributos** no futuro. Em resumo, querem modificar a regra já definida pelo Congresso, de que o parâmetro para o cálculo dos novos **tributos** deva corresponder a uma média da arrecadação nos 10 anos anteriores à aprovação da reforma, ou seja, 2012 a 2021. Essa regra garantiria uma média justa para o cálculo.

No entanto, os Estados e municípios pretendem alterar o período a ser considerado como base para o cálculo da carga tributária pós-reforma, para aproveitarem a alta arrecadação dos últimos três anos, muito decorrente de

recentes aumentos de **impostos**. Para o setor de combustíveis, por exemplo, as alíquotas federais da reforma serão definidas tendo como referência uma carga tributária futura: os anos de 2025 e 2026 serão a base para o cálculo do tributo federal e os anos de 2027 a 2028, a base para o tributo estadual/municipal.

Na prática, isso significa abandonar a promessa de manter a carga de hoje e passar a trabalhar com uma carga futura - que ainda nem sabemos qual será, mas temos a certeza de que não será inferior à carga atual.

Ainda pior foi a alteração promovida pelo Senado que modificou o período de referência para o cálculo do IBS com o intuito declarado de viabilizar maior arrecadação pelos municípios. Originalmente prevista para considerar o período de 2012 a 2021, a nova regra estabelece agora, como referência, o período de 2024 a 2026, possibilitando o aumento de carga de **impostos** cobrados hoje, para que se reflitam na carga futura. A emenda que propôs tal mudança, inclusive, indicou a possibilidade de arrecadação de mais R\$ 37 bilhões com essa alteração.

Não esqueçamos, ainda, que durante as discussões da **reforma tributária**, diversos Estados majoraram suas alíquotas do ICMS com olho nessa arrecadação futura. Esse movimento havia sido interrompido quando se aprovou a fixação do período de referência como 2012 a 2021, mas agora retomou força com a mudança dos senadores.

Esse texto do Senado-que alterou o período com referência ao IBS para viabilizar o incremento da arrecadação futura pelos Estados e municípios-ainda será votado pela Câmara. Ou seja, os mesmos deputados que, outro dia, se gabaram com terem impedido o aumento dos **impostos** promovido pelo governo federal, se verão à frente do aumento dos **impostos** com Estados e municípios. Esperemos que mantenham a coerência.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)**

Pagamentos invisíveis são a nova fronteira da eficiência corporativa

Entre grandes transações internacionais e o pagamento de um fornecedor via Pix, há um mesmo sistema pulsando e projetado para ser inteligente, invisível, instantâneo e seguro. Esse é o conceito que o J.P. Morgan Payments vem consolidando no Brasil: a combinação do suporte a operações estratégicas de grande porte com soluções de tesouraria voltadas ao cotidiano das empresas. Tudo isso, integrado à escala global de um dos maiores bancos do mundo.

"O nosso compromisso primordial é sermos os consultores de confiança de nossos clientes, ajudando-os a enfrentar desafios complexos em todas as etapas do ciclo de vida dos pagamentos, combinando tecnologia, segurança, expertise local e integração global", afirma Carolina D Avola, head de pagamentos do banco no país.

A busca por eficiência e agilidade tem transformado a tesouraria corporativa, com pagamentos cada vez mais integrados e "invisíveis" no dia a dia das empresas. Em mercados como o brasileiro, onde a gestão fiscal exige atenção constante, soluções inovadoras tornam-se essenciais para superar desafios operacionais e estratégicos.

Atento às reais necessidades das empresas diante da complexidade tributária brasileira, o J.P. Morgan Payments desenvolveu a Plataforma de Pagamento de **Impostos** Multibancos para transformar a gestão fiscal corporativa. A solução permite que companhias realizem pagamentos de **impostos** federais, estaduais, municipais e de comércio exterior em um único ambiente centralizado, sem a necessidade de múltiplas contas em diferentes bancos, reduzindo erros, aprimorando o controle financeiro e liberando tempo para que as áreas de tesouraria possam focar em decisões estratégicas e no crescimento dos negócios.

Na frente internacional, a instituição oferece o J.P. Morgan Transact, plataforma que integra operações cambiais e pagamentos em moeda estrangeira. Por meio de um único login, os clientes do banco têm acesso a uma experiência global e uniforme, com processos de câmbio, liquidação e fluxos de pagamento unificados. A plataforma simplifica a estrutura operacional ao consolidar múltiplas contas e agrupar operações cambiais, reduzindo custos administrativos e riscos operacionais.

"Nosso objetivo é que o pagamento aconteça de forma tão fluida e segura que o cliente nem precise pensar nele, permitindo que CFOs e tesoureiros se concentrem em decisões estratégicas", explica D Avola.

Há mais de 115 anos impulsionando empresas no Brasil, o banco tem apostado em ser um elo entre as operações do dia a dia e a estratégia financeira das empresas.

"Queremos ser não só o banco de preferência para operações de mercados de capitais, mas também o aliado para transações de pagamentos e cobrança, emitindo boletos, por exemplo", afirma a executiva.

A visão é sustentada por investimentos robustos em tecnologia. Os aportes já contabilizam cerca de US\$ 18 bilhões por ano globalmente, aplicados principalmente em inteligência artificial (IA) e análise de dados. Essas tecnologias impulsionam plataformas como o J.P. Morgan Access®, que oferece uma experiência digital integrada para gestão de contas, pagamentos e informações financeiras em tempo real. Com recursos avançados de automação, análise preditiva e conectividade, o J.P. Morgan Access® permite que empresas monitorem saldos, executem transações e acompanhem fluxos de caixa de forma centralizada e eficiente, transformando processos que antes exigiam horas de trabalho manual em operações rápidas, seguras e inteligentes. A inteligência artificial também está no centro do monitoramento avançado de fraudes e da automação de processos críticos, como reconciliação de pagamentos e integração com sistemas ERP. "O objetivo é oferecer soluções que reúnam automação, análise preditiva, detecção de fraude e integração com os sistemas internos das empresas", destaca D Avola.

A união de tecnologia avançada, soluções personalizadas e atendimento especializado tem fortalecido a confiança de empresas que buscam serviços financeiros sob medida. Empresas brasileiras e multinacionais instaladas no país vêm recorrendo ao J.P. Morgan Payments para otimizar suas operações, que vão desde serviços de cobrança e operações de Pix B2B e B2C até a automação de processos de reconciliação.

Com a perspectiva de queda dos juros globais e expectativa de retomada econômica, as empresas já olham para 2026 com foco em eficiência e expansão. "O objetivo da instituição é ser a primeira referência quando um desafio complexo surge na mesa do tesoureiro ou do diretor financeiro",conclui D Avola.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)**

Mercado reduz projeção de IPCA

RAFAELA GONÇALVES

Economistas do mercado financeiro voltaram a revisar para baixo suas projeções de **inflação**.

Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado, ontem, pelo Banco Central (BC), a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 recuou de 4,56% para 4,55%.

A nova projeção indica que a **inflação** pode encerrar o ano próxima ao teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5%, considerando a margem de tolerância. Para os anos seguintes, as expectativas também foram ligeiramente ajustadas. Em 2026, a estimativa ficou em 4,20%; em 2027, passou de 3,82% para 3,80%; e em 2028, de 3,54% para 3,50%.

Especialistas veem no Focus uma mensagem ao mercado de crédito: a **inflação** está sob controle, mas os juros mantêm um cenário de seletividade. Para Volnei Eyang, CEO da Multiplike, o Focus confirma que a economia brasileira entrou numa fase de normalização monetária, mas com o crédito ainda restrito.

"A **inflação** continua cedendo e deve encerrar o ano dentro do teto da meta. Esse movimento reflete um ambiente mais estável, influenciado por fatores externos positivos, como o avanço das negociações entre China e Estados Unidos, e também pela condução técnica da política monetária no Brasil", comentou.

Selic

A perspectiva é de um mercado mais confiante e previsível, com espaço para cortes graduais da Selic iniciando em 2026. "O único ponto de atenção para a **inflação** segue sendo o impacto da seca sobre os preços administrados, mas, no geral, o cenário é de desaceleração controlada da **inflação** e melhora gradual das expectativas econômicas", disse.

Segundo Eyang, a questão fiscal será um ponto de atenção nos próximos meses, "pois pode trazer uma percepção ao mercado sobre controle dos gastos públicos e como isso impacta tanto na **inflação** quanto na confiança de investidores". "A **inflação** projetada em 4,55% e a Selic mantida em 15% mostram que o Brasil conseguiu conter as pressões de preços, mas o custo do dinheiro segue travando a capacidade de expansão

das empresas", comentou André Matos, CEO da MA7 Negócios.

"Esse ambiente prolongado de juros altos tem uma consequência silenciosa, o aumento do passivo financeiro e o crescimento dos casos de crédito estressado, especialmente em setores dependentes de capital de giro e consumo interno", emendou.

Em relação ao câmbio, as estimativas foram mantidas em todo o horizonte da pesquisa. A estimativa para o dólar ao fim de 2025 ficou em R\$ 5,41. Para 2026, a previsão é de R\$ 5,50, valor que se repete nas projeções para 2027 e 2028.

A projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025 permaneceu em 2,16%. Para 2026, o mercado espera crescimento de 1,78%.

A estimativa para 2027 subiu de 1,83% para 1,90%, enquanto a de 2028 segue em 2%.

A previsão para a taxa básica de juros (Selic) neste ano foi mantida em 15%. Para 2026, a projeção ficou em 12,25%.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7988/04-11-2025.html?all=1>

'Big techs' seguem acelerando e risco de bolha divide analistas

Daniela Braun De São Paulo

Com resultados trimestrais acima das projeções de analistas financeiros, as gigantes de tecnologia Alphabet, Amazon, Apple, Meta e Microsoft indicam que a elevação de gastos de capital (Capex) com infraestrutura e serviços de inteligência artificial (IA) vem gerando resultados.

Após uma semana de recordes de valor de mercado no setor com a Nvidia alcançando inéditos US\$ 5 trilhões, e Apple batendo US\$ 4 trilhões pela primeira vez, "big techs" buscam afastar o temor de uma bolha de investimentos em IA.

Mas é um assunto polêmico. Especialistas ouvidos pelo Valor, que acompanham de perto os movimentos do Vale do Silício, trazem visões diferentes.

De um lado, o mercado observa as carteiras de contratos assinados pelos clientes das 'big techs' como uma evidência de que a demanda por IA segue acelerada e justifica os altos investimentos em capacidade computacional. Mas se a configuração de infraestrutura mudar devido a tecnologias mais eficientes, reduzindo a demanda por um alto volume de unidades de processamento gráfico (GPUs) para IA, o jogo pode mudar.

Ninguém pode garantir que essa arquitetura vai durar pelos próximos três a cinco anos"

- Guy Perelmuter

"Ninguém pode garantir que toda essa arquitetura, ancorada em processamento paralelo feito com GPUs, que são manufaturadas para 'data centers' de grande porte, vai permanecer idêntica pelos próximos três a cinco anos", nota o sócio da gestora Grids Capital, Guy Perelmuter, que atua com startups de tecnologia avançada ("deep techs") sediadas nos Estados Unidos. "Diante de uma pequena quebra do ritmo frenético de consumo de GPUs ou de qualquer notícia que possa macular esse cenário perfeito que está projetado, o mercado vai agir de uma forma irracional e exagerada como agiu na bolha das empresas ponto.com em 1999 e 2000", alerta Perelmuter.

Analisando os balanços das "big techs" e as carteiras de contratos previstos, o sócio da gestora São Pedro

Capital, Thiago Kapulskis, afasta a teoria de uma iminente bolha no setor: "Uma das características de uma bolha é a superestimativa de investimentos em capacidade de tal forma que levará muito tempo para que essa capacidade seja utilizada, mas os dados dão a entender que não seja isso."

Kapulskis reforça seu argumento citando o exemplo da Microsoft, que divulgou uma receita futura de contratos com clientes de nuvem e IA de quase US\$ 400 bilhões nos próximos dois anos. "Há uma garantia firme de que, em dois anos, esse volume vai se traduzir em receita", diz.

As receitas no terceiro trimestre de serviços de nuvem de Amazon, Microsoft e Google, que lideram o segmento no mundo, superaram as projeções de analistas e sinalizam uma demanda aquecida. A Microsoft divulgou um aumento de 28% em base anual do seu negócio de nuvem (Azure). No mesmo período, a receita da Amazon Web Services (AWS), cresceu 20,2%, acima do patamar dos trimestres anteriores. Em teleconferência, o executivo-chefe da Amazon, Andy Jessy, informou que a carteira de pedidos da AWS cresceu para US\$ 200 bilhões no final do terceiro trimestre, sem incluir contratos não anunciados em outubro, "que juntos superam o volume total de contratos do terceiro trimestre".

A demanda da OpenAI, criadora do ChatGPT, turbinou as projeções de receita da Microsoft e da Amazon. O contrato adicional de US\$ 250 bilhões firmado pela OpenAI, na semana passada, para comprar serviço de nuvem da Azure, eleva a projeção de receita contratada da Microsoft para US\$ 642 bilhões. Para a AWS, o novo acordo de US\$ 38 bilhões anunciado com OpenAI nesta segunda-feira (3), eleva a projeção de receita contratada a US\$ 238 bilhões. Com a Oracle, a OpenAI já havia fechado contrato de US\$ 300 bilhões.

Todos os compromissos que a OpenAI firmou, até agora, superam um valor impressionante: US\$ 1,5 trilhão. São pagamentos que a dona do ChatGPT terá que fazer nos próximos anos (ver OpenAI contrata capacidade da AWS por US\$ 38 bilhões).

A receita do Google Cloud, da Alphabet, cresceu 34% no terceiro trimestre. A carteira de pedidos soma US\$ 155 bilhões, destacou o CEO da Alphabet, Sundar

Pichai. Os negócios de nuvem e IA levaram a Alphabet a alcançar o patamar inédito de US\$ 102,3 bilhões em receita no terceiro trimestre.

Os dados mostram que há demanda para a capacidade que está sendo construída"

- Thiago Kapulskis

A aplicação da IA na geração de anúncios também colaborou para o avanço de 26% da receita da Meta, dona de Facebook, Instagram, Threads e WhatsApp.

O aumento das projeções de gastos de capital para 2025 foi unanimidade nas divulgações de balanços das "big techs" e deve seguir no ritmo de alta nos próximos trimestres, observa Kapulskis.

No caso da Meta entretanto, a falta de clareza sobre a aceleração de gastos foi mais preocupante do que a despesa pontual de US\$ 15,9 bilhões em **impostos** que levou a uma queda de 82,7% no lucro.

Logo após a divulgação do balanço, as ações da empresa de Mark Zuckerberg recuaram 9,5%. "A Meta gastou mais do que o esperado no trimestre e indicou que vai acelerar gastos tanto em Capex como em Opex [gastos operacionais] em 2026, o que inclui custos com a depreciação de 'data centers' próprios", diz Kapulskis.

A Apple superou as projeções de analistas no quarto trimestre fiscal de 2025, especialmente com o avanço de 15% na receita de serviços. "O trimestre de dezembro será o melhor de todos os tempos, tanto em vendas totais quanto em vendas de iPhones", disseram analistas do Citi, em relatório.

Embora a empresa ainda enfrente um desafio de vendas na China, o interesse de clientes atuais e de novos usuários no celulares iPhone 17 e iPhone Air lançados em setembro, são pontos positivos para a companhia. Os especialistas do Citi destacam "um rápido crescimento em sua base instalada" com foco nos mercados da Índia, Europa Oriental e América Latina.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251104>

Defesa: R\$ 5 fora do teto

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 360 votos a favor e 23 contra, projeto de lei que permite ao governo federal efetuar despesas de até R\$ 5 bilhões com Defesa fora das regras fiscais-a proposta tira os valores da meta fiscal e também o limite de gastos. A previsão é que no ano que vem a meta fiscal seja de um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), cerca de R\$ 34,5 bilhões. Será permitido tirar da meta R\$ 5 bilhões por ano entre 2026 e 2031. Com isso, o gasto extra chegará a R\$ 30 bilhões. O projeto teve amplo apoio dos deputados, com suporte da base e da oposição. Como já foi aprovado no Senado, o texto segue para a sanção presidencial.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)**

Varejo alimentar traça reação com queda na venda e deflação

Adriana Mattos De São Paulo

O país deve manter neste ano ritmo fraco de vendas no comércio alimentar, em volume, até o começo do ano que vem, na visão da direção da NielsenIQ (NIQ), uma das maiores empresas de dados de consumo do mundo. Trata-se do principal negócio de varejo do país, responsável por 10% do **PIB**.

"Não teremos aumento de volume até primeiro trimestre de 2026, com números ainda negativos no terceiro e quarto trimestres e começo do ano que vem", afirmou Gabriel Fagundes, diretor da NIQ.

A expectativa de retração na faixa de um dígito baixo no curto prazo, quadro já consolidado para parte do setor, acontece ao mesmo tempo em que há deflação de preços em itens tradicionais da cesta. Com isso, a receita nominal dos supermercados e atacarejos, em lojas com mais de 12 meses (chamadas "mesmas lojas"), deve perder força no segundo semestre do ano.

É algo que pode afetar o lucro se a linha de despesas operacionais e financeiras (afetadas pelos juros altos) não ceder. Em 2023 se viu esse mesmo cenário, quando a deflação reduziu a receita das lojas sem ganho em volume vendido.

Neste ano, de junho a setembro, os preços de alimentação e bebidas acumulam deflação de 1,17%, segundo o IPCA. Ao mesmo tempo, levantamento da empresa Scanntech Brasil mostra que, de janeiro a setembro, volume vendido em atacarejo recuou 2,8% e nos supermercados, caiu 0,7%

Neste momento, analistas já contabilizam essa variável das vendas em suas análises de Assaí, Mateus e GPA que serão publicados a partir desta semana. O Carrefour no Brasil relatou queda em volume nas unidades do Atacadão de julho a setembro, em "mesmas lojas", com a alta dos juros pesando no consumo, informou em seu balanço.

Em valor, as lojas de supermercados e hipermercados cresceram pouco (0,1%) e o Atacadão avançou 1,3% por causa dos aumentos de preços, já que o volume encolheu. "No Brasil, observamos uma desaceleração geral e volumes negativos no mercado de atacado desde maio, visto que as altas taxas de juros afetaram

o poder de compra dos consumidores", disse em teleconferência, no fim do mês passado, Matthieu Malige, diretor financeiro do grupo na França. O lucro líquido do Carrefour Brasil teve queda de 60%, para R\$ 111 milhões de julho a setembro.

Malige disse que o país "sofre" com volumes negativos na faixa de um dígito médio (na faixa de 5%), mas o segmento de supermercados permanece "sólido". "Como vocês sabem, muitas famílias no Brasil têm um nível significativo de endividamento", e a alta de juros afetou muito as famílias "mais modestas", e isso se somou a uma redução na concessão de crédito ao consumidor para garantir o gerenciamento do nível de risco. E o cenário de venda, então, passou a piorar em maio.

Analistas reagiram após a publicação. "Esperamos que o trimestre seja fraco para o varejo de alimentos em geral, o que, em nossa opinião, pode impactar negativamente todas as ações do segmento no curto prazo", resumiu, em relatório no fim de outubro, Rubens Couto, que lidera a equipe de analistas do Santander. Analistas do Citi projetam vendas abaixo do consenso para Mateus e Assaí principalmente devido à esperada fraqueza nas vendas no terceiro trimestre.

Alta dos juros e aumento do nível endividamento das famílias, pressionado pelas regras do novo consignado autorizado pelo atual governo, que abriu linhas de créditos para que consumidores se alavancassem mais, restringiram consumo da população.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) registrou 95,7 pontos em outubro, segundo pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio). O resultado mantém o indicador abaixo da marca neutra (100) pelo segundo mês seguido e é a menor pontuação desde maio de 2021.

Esse ambiente contrário a gastos abriu espaço para um movimento de revisão de políticas, com maior simplificação das lojas, depois de corte de investimentos e despesas que já estava em andamento pelas redes de alimentos desde, pelos menos, 2024.

É algo que passa, em parte, por descomplicar ambientes muitas vezes confusos e tomados por

produtos, na busca por chamar atenção do cliente a qualquer custo. Mas não se resume a isso. A NIQ estima que apenas 20% dos itens numa gôndola são realmente vistos pelos consumidores.

As decisões de simplificação se concentram, principalmente, na revisão de itens do portfólio, foco em produtos que tragam vendas incrementais e disposição mais racional e rentável do espaço, para melhora de fluxo e de retorno, entre outras medidas.

"Nosso painel de pesquisas qualitativas mostrou que 40% dos varejistas planejam reduzir o total de itens vendidos nos próximos 12 meses. Quase metade destes 40% diz que fará isso para simplificar as prateleiras e aumentar os lucros", disse Fagundes, da NIQ.

Segundo o executivo, não se trata de simplesmente ir cortando mercadorias das prateleiras apenas para deixar o espaço mais limpo e organizado. A questão é mais complexa e envolve considerar pesos e contrapesos.

"Muitas vezes a loja vai olhar os produtos mais e menos vendidos nesses momentos de volume fraco, e decide eliminar itens. Não é só sobre cortar, mas ver o que cortar e poder simplificar melhor", diz.

"É algo duro de fazer, porque nessa loucura, na pressão de resultados como as redes estão, é difícil executar", afirma ele.

Na busca de casos de simplificação, o Valor contatou redes que citaram outras situações. O executivo de uma cadeia reviu prioridades dentro da mesma categoria.

"Com a febre das bebidas proteicas, não fazia sentido ter prateleiras cheias de iogurte grego de um bando de sabores e não privilegiar os proteicos, por isso "limpamos" mais as gôndolas e os iogurtes gregos perderam espaço", diz um diretor comercial de uma rede de supermercado. "Foi uma forma de repensar portfólio com base nos hábitos do nosso cliente, que é classe A e B, algo que fazemos sempre e agora é ainda mais crucial", diz ele.

O fato de estarem sendo abertas cada vez mais lojas com áreas de venda menores, caso de Oxxo, com 609 lojas ao fim de setembro, também obriga as companhias a tornarem os espaços mais funcionais e a fazerem escolhas.

Os dados da pesquisa NIQ Retail Index, coletados até julho, mostram que 33% das lojas no país são de pequenos varejistas e representam 32% em valor vendido. Mas possuem 1/3 da quantidade média de

itens de lojas tradicionais. Isso considera o varejo independente, de pequeno porte, e não apenas as grandes cadeias.

Outro exemplo dessa simplificação de estruturas recente envolve o aumento no lançamento de packs econômicos - de sabão líquido à papel higiênico - em crescimento entre 2015 e 2016, na recessão do governo de Dilma Rousseff, e após 2024, com a recente escalada inflacionária. Ainda entra nessa lista os efeitos sentidos com a controversa redução de tamanho de embalagens, que ganhou tração após a aceleração da **inflação**, cita a NIQ em seu relatório.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251104>

Inflação de longo prazo recua, mas mercado ainda duvida do BC

O boletim Focus divulgado ontem mostra que as expectativas de **inflação** de longo prazo caíram para 3,5% na última semana. É uma nova vitória do Banco Central (BC), que subiu os juros aos elevados 15% ao ano, mas ainda representa apenas uma reancoragem parcial das expectativas de **inflação**.

Segundo o Focus, a expectativa mediana dos analistas econômicos do setor privado para 2028 recuou de 3,54% para 3,5% na última semana. Desde fins de 2024, as expectativas para um horizonte tão longo - três anos-não ficavam tão baixas.

Mas ainda há um bom caminho para as expectativas convergirem

para a meta de **inflação**, definida em 3%. O patamar de 3,5% tem sido uma espécie de piso para as expectativas de longo prazo desde o começo do governo Lula, em 2023, e representa a descrença dos mercados na capacidade do BC de cumprir as metas de **inflação** em um ambiente de desequilíbrio fiscal.

Deve-se reconhecer que o processo de desancoragem das expectativas começou ainda no governo Bolsonaro. Em parte, refletiu a expansão de gastos feita durante a campanha eleitoral e, em outra parte, a credibilidade da própria política monetária.

Por muito tempo, o BC discutiu qual era a verdadeira raiz da desancoragem das expectativas de **inflação** de longo prazo. Elas são um termômetro importante da credibilidade da política eco-

nômica de forma mais geral porque, no longo prazo, dá tempo de dissiparem-se choques que afetam a economia no curto prazo, como quebras de safra agrícola ou desvalorizações cambiais.

O Banco Central chegou a atribuir, em seus documentos oficiais, parte da desancoragem à

Grande questão é se, hoje, BC seria capaz de baixar Selic antes de obter maior ancoragem das expectativas de **inflação**

credibilidade da política fiscal e ao ambiente internacional menos favorável, além da própria condução da política monetária.

Na virada do ano passado para este, o BC parou de discutir as causas e assumiu a posição de que, no fim das contas, cabe à instituição combatê-las, independentemente de suas origens. Para tanto, os juros têm que ser maiores e permanecer altos por mais tempo do que em situações em que a situação fiscal é favorável.

O BC colocou os juros em 15% ao ano e sinalizou sua manutenção nesse patamar por um período bastante prolongado. Os analistas do mercado discutem se os cortes podem começar em janeiro ou se seriam possíveis apenas a partir de março.

A grande questão em aberto é

se, hoje, o BC seria capaz de baixar os juros básicos da economia antes de obter uma maior ancoragem das expectativas de **inflação**.

Em 2023, o Banco Central passou por uma situação semelhante. As expectativas de **inflação** três anos adiante caíram de 3,8% para 3,5%. O BC iniciou um ciclo de afrouxamento, com o compromisso de manter a taxa em terreno contracionista até que ficasse assegurado o cumprimento da meta de **inflação**.

Mas, no fim das contas, as expectativas de **inflação** de longo prazo interromperam sua trajetória de queda, ficando estáveis em 3,5%. O BC já chegou a dizer que, em parte, isso ocorreu porque a economia se mostrou mais aquecida do que o previsto.

As mudanças na meta de supe-

ravit primário anunciadas pelo governo Lula em 2024 e um mal recebido pacote fiscal no fim do mesmo ano fizeram as expectativas longas voltarem para 3,8%.

Pela mecânica do regime de metas de **inflação**, em tese o Banco Central não deveria fazer um vínculo automático entre expectativas de **inflação** e suas decisões de política monetária. Sua meta primária é colocar a **inflação** em 3%, e os juros devem ser calibrados apenas com vistas a esse objetivo.

Mas, na prática, as duas coisas estão relacionadas. As expectativas de **inflação** têm um peso muito importante no modelo de projeção de **inflação** do Banco Central. E a meta do BC deve ser buscar, de

forma contínua, a meta de inflação de 3%. Tudo isso fica mais difícil com as expectativas de inflação desancoradas.

Site:

***[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)***

Alívio fiscal até 2027, mas risco persiste (Artigo)

Luiz Schymura

A economia mundial atravessa um momento de clara apreensão: o endividamento público avança de forma descontrolada na maioria dos países. Segundo o FMI, entre o fim da pandemia e o encerramento de 2025-ou seja, de 2022 a 2025 -, a dívida pública bruta global terá aumentado cerca de 5 pontos percentuais(pp) do **PIB** mundial, saindo de aproximadamente 90% para quase 95% do **PIB**. Em igual período, a dívida pública bruta brasileira terá sofrido uma alta de aproximadamente 8,5 pp do **PIB**, ultrapassando ligeiramente, em fim de 2025, o nível de 91 % do **PIB**. Na verdade, o fator que acentua a preocupação dos analistas é a falta de ações mundo afora para conter essa onda crescente de endividamento.

No caso brasileiro, o quadro se agrava pela combinação de dívida alta com juros reais elevados. As taxas de curto, médio e longo prazo girando acima de 7% ao ano, o que dificulta qualquer tentativa de tranquilizar investidores e mercado. Nesse contexto de turbulência fiscal interna e externa, o governo federal avançou com uma estratégia fiscal baseada em três medidas: o projeto de lei complementar (PLP) 182, que reduz isenções tributárias, o projeto de lei (PL) 1.087/2025, que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda e institui a alíquota mínima para os muito ricos, e a emenda constitucional () 136, que muda o regramento do pagamento de precatórios. No momento, apenas 136 já passou nas duas Casas Legislativas e teve sua promulgação efetuada.

Além dessas providências, também constam do esforço fiscal mudanças nas transações tributárias e receitas extraordinárias de Rcfis e petróleo.

Com base no conjunto de ações já aprovadas e naquelas em tramitação avançada, meus colegas Manoel Pires e Bráulio Borges realizaram simulações com o modelo, por eles elaborado, de projeção dos resultados fiscais de médio e longo prazo. Os resultados são surpreendentes: o pacote deve ser suficiente para afastar o fantasma de shutdown em 2027-isto é, a paralisação da máquina pública por incapacidade de honrar compromissos essenciais no primeiro ano do próximo mandato presidencial.

Essa conclusão contraria a percepção de expressiva parcela do mercado, que projeta shutdown em 2027

caso não haja novas medidas de contenção fiscal. E, além disso, se as projeções de Pires e Boiges se confirmarem, medidas fiscais que venham melhorar o resultado primário em 2027 passam a não ser cruciais para o cumprimento da meta fiscal, dando fôlego adicional aos Poderes Executivo e Legislativo para estruturar políticas de controle das contas públicas.

Considerando essa aparente "calmaria" no lado fiscal até 2027, seria prudente adiar ajustes fiscais profundos até a posse do próximo governo?

A resposta exige cautela. As medidas citadas têm, em sua essência, o objetivo de tornar viável o cumprimento do arcabouço fiscal, mas não zeram o déficit primário-que ficará entre 0,4% e 0,3% do **PIB** até 2036. Com juros reais elevados e déficits primários recorrentes, o risco de dominância fiscal-quando a política monetária perde autonomia diante da pressão das contas públicas-aumenta proporcionalmente ao atraso na implementação de reformas fiscais significativas. Portanto, seria estrategicamente positivo antecipar os ajustes o quanto antes.

Porém, a realidade política impõe barreiras significativas. A análise histórica de períodos eleitorais revela uma tendência clara de desatenção às contas públicas. No momento, o Brasil vive polarização aguda, com pautas prioritárias da população-como segurança pública e corrupção-ocupando o centro do debate. A politização de temas como o combate à criminalidade é apenas um exemplo do que se pode esperar até as eleições de 2026. Nesse ambiente, a probabilidade de avançar com um ajuste fiscal robusto é baixa. Até a definição do próximo presidente, a economia política interditará a negociação de medidas de maior alcance.

Diante dessa janela bloqueada, o que pode ser feito no interregno para mitigar o desequilíbrio fiscal?

O caminho mais realista é manter o debate técnico aceso, aguardando o surgimento de uma janela política favorável. Até lá, estudos, diagnósticos e propostas devem continuar sendo produzidos e refinados. A espera não precisa ser passiva: é possível aperfeiçoar idéias, construir consensos técnicos e preparar o terreno para decisões futuras. Nesse sentido, duas frentes merecem atenção prioritária: a política de reajuste do salário mínimo e a

revisão dos incentivos fiscais em títulos de dívida.

No caso do salário mínimo, a Lei 15.077/2024 estabelece ganho real anual entre 0,6% e 2,5%, dependendo do crescimento do **PIB**. Esse mecanismo, embora socialmente justificável, gera pressão contínua sobre o Tesouro, especialmente em anos de baixo crescimento. A conta é simples: cada ponto percentual de aumento real acima da **inflação** impacta diretamente benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego. Uma alternativa viável seria rever a regra de reajuste, substituindo-a por um índice mais moderado, ou promover a desindexação seletiva de benefícios que hoje seguem automaticamente o mínimo. Essa discussão, embora sensível, é inevitável

Outra frente crítica são os títulos incentivados-debêntures de infraestrutura, LCAs, LGs e CRIs. Além da renúncia fiscal anual estimada em dezenas de bilhões de reais, esses instrumentos geram distorções profundas no mercado de capitais. Especialistas como Arminio Fraga têm alertado para os efeitos colaterais: o Banco Central enfrenta dificuldades crescentes para conduzir a política monetária quando parte significativa da poupança é canalizada para ativos isentos, reduzindo a eficácia da Selic. A isenção beneficia principalmente investidores de alta renda, enquanto o custo recai sobre a sociedade via juros mais altos e menor espaço fiscal para políticas públicas.

Concluindo, 2027 não é o fim, mas talvez o último aviso. O alívio fiscal conquistado não elimina a necessidade urgente de reformas. Por isso, a construção de um pacto fiscal pós-eleição seria a saída.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)**

História econômica do país é contada em videocast da CBN

Um dos jornalistas mais renomados do país, o âncora da CBN Carlos Alberto Sardenberg conta a partir de hoje no videocast "O Fio da Economia" a história econômica do Brasil desde a reconstituição da democracia, a partir de conversas com os protagonistas dos grandes momentos dessas últimas quatro décadas.

Sardenberg viveu como jornalista todos os momentos marcantes desse período da economia brasileira, e a sua experiência ajuda a guiar a conversa com os entrevistados. Do Plano Cruzado ao confisco de Collor, do Real à crise cambial, do boom das commodities às reformas de **Temer**, o videocast traz revelações de quem viveu os bastidores de decisões que mexeram com a vida de milhões de brasileiros.

No episódio de lançamento, sobre o Plano Cruzado, o convidado é Pêrsio Arida, então um dos jovens formuladores do primeiro grande plano que prometia acabar com a **inflação**, imortalizou "os fiscais do Sarney", e acabou fracassando - mas deixando lições valiosas para o sucesso do Real lá na frente.

O segundo episódio, sobre o confisco da poupança no Plano Collor, terá uma rara entrevista com a então ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, hoje vivendo em Nova York. "Eu sinto muito, eu sei que vidas foram comprometidas, por causa da medida, e eu sinto muito, realmente sinto. Mas naquele momento, naquelas circunstâncias, nós achávamos que era inevitável, que não tinha outra solução."

No total, serão oito episódios, um por semana, continuando com o Plano Real (Edmar Bacha), a crise cambial de 1998-99 (Arminio Fraga), o boom das commodities sob Lula (Marcos Lisboa), a recessão de Dilma e o impeachment (Samuel Pessoa), as reformas de Michel **Temer** (Henrique Meirelles), e, por fim, o governo Bolsonaro e a pandemia (Mansueto Almeida).

O videocast tem a ambição de explicar para o público a importância de cada um desses momentos, com detalhes saborosos, bastidores e didatismo, para entender o que aconteceu com a economia brasileira nesses 40 anos.

"Entre os males que a ditadura deixou, além dos políticos e institucionais, estavam os da economia. Dívida externa impagável e a **inflação**, que batia 200% ao ano.

Neste podcast contamos como foi difícil superar esses problemas", afirma Sardenberg.

O programa pode ser entendido como uma continuação, de certa forma, do podcast Plano Real, Histórias Não Contadas, apresentado por Sardenberg no ano passado, em comemoração dos 30 anos do plano que finalmente derrotou a **inflação** e lançou as bases da economia brasileira atual. Com mais de 150 mil plays, chegou a figurar nas listas de principais podcasts de plataformas de áudio.

"Decidimos fazer a segunda temporada em vídeo, seguindo a tendência desse consumo, que só cresce em plataformas como YouTube e Spotify, para chegar a novos e maiores públicos", afirma o gerente de Produtos Digitais da CBN, Thiago Barbosa.

Os episódios estarão disponíveis todas as terças-feiras, um por semana, nas principais plataformas de podcasts, e no site e no aplicativo da CBN.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1>

Tesouro lança Black Friday TD com cashback

O Tesouro Nacional e a B3 lançaram ontem a campanha Black Friday TD, que dará cashback no valor de R\$ 30 para os aportes a partir de R\$ 50 feitos em qualquer título do Tesouro Direto por investidores novatos no sistema. O cashback é um benefício em que parte do valor gasto ou investido retorna ao participante, neste caso como um novo investimento, um tipo de "investback".

Segundo o anúncio do Tesouro Nacional, a ação vale para operações liquidadas, ou seja, investimentos concretizados, entre esta segunda-feira e o dia 8 de dezembro. São elegíveis os investidores que não detêm títulos ativos do Tesouro Direto. O cashback é limitado a uma operação por CPF e não é cumulativo.

O valor de R\$ 30 será creditado até o dia 8 de janeiro em um título Tesouro IPCA+ - modalidade na qual o investidor recebe juros fixos somados à inflação - com vencimento em 2029, diretamente na conta onde foi feito o aporte. Para isso, é necessário que o investidor mantenha o título adquirido durante a campanha de Black Friday na carteira até o dia 31 de dezembro de 2025.

Para o estrategista da Casa do Investidor, Michael Viriato, a iniciativa é "uma ótima ideia para atrair investidores".

"Qualquer valor guardado na poupança é melhor aproveitado em títulos do Tesouro", afirma.

"Poder investir e ainda receber um benefício adicional torna a ação realmente muito interessante." Viriato avalia que, se bem divulgada, a campanha pode ampliar de forma expressiva o número de participantes do Tesouro Direto. "Para os pequenos investidores, a rentabilidade pode ser ainda maior", diz. "Se a pessoa investe R\$ 300, ela recebe R\$ 30, o equivalente a 10%, quase como um 'presente'." A educadora e consultora financeira Carol Stange também vê a campanha com bons olhos, mas faz um alerta para que novos investidores ajam com planejamento.

"É essencial manter os pés no chão, porque o cashback de R\$ 30 não transforma o investimento em um passeio automático rumo ao lucro", afirma. "O aporte mínimo de R\$ 50 já exige compromisso, e manter o título até 31 de dezembro de 2025 para receber o crédito demanda paciência." Segundo a

especialista, quem investe pensando somente no cashback corre o risco de agir por impulso - movimento contrário ao que a ação pretende estimular. "Vale a pena como porta de entrada, mas o diferencial será o que o investidor fizer depois: entender o título, o prazo, o índice e como tudo isso se encaixa no seu projeto de vida financeira", completa.

Lançado em 2002, o Tesouro Direto é um programa que permite ao pequeno investidor comprar títulos públicos de forma simples, pela internet, sem intermediação de grandes instituições. Na prática, funciona como um empréstimo ao governo federal: o investidor aplica seu dinheiro em papéis que pagarão uma remuneração no futuro, seja acompanhando a taxa de juros Selic, a inflação ou um juro prefixado.

A modalidade conta hoje com mais de 3,1 milhões de investidores ativos e mais de R\$ 190,2 bilhões de estoque. A emissão de títulos, considerada a de menor risco de crédito do mercado, é 100% garantida pelo Tesouro Nacional.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>

Fundo se transforma em saída para gastos não previstos no Orçamento (Artigo)

MARIANA CARNEIRO ALVARO GRIBEL

Aprovado pelo Congresso em votação relâmpago, o texto da Medida Provisória 1.304 afirma que o superávit do Fundo Social do Pré-Sal, abastecido por dinheiro da exploração de petróleo, poderá servir como fonte de recursos para bancos estatais usarem em linhas de crédito na infraestrutura de gás natural. As instituições financeiras deverão assumir ainda o risco de crédito dessas operações.

O Fundo Social do Pré-Sal foi criado em 2010 com o objetivo de ser uma poupança para as futuras gerações com a receita do petróleo. No entanto, nos últimos tempos ele passou a ser fonte de financiamento de políticas públicas do presente como resultado da criação de atalhos às limitações das regras fiscais.

Em julho, o Congresso aprovou uma medida provisória autorizando que os recursos do fundo do pré-sal financiem projetos de infraestrutura social e habitação popular, além de ações em calamidades públicas.

O dinheiro vem da participação da União no óleo e no gás extraídos sob o regime de exploração de partilha.

ENTENDA O CASO. O projeto de privatização da Eletrobras, de 2021, incluiu uma emenda que obrigava o setor elétrico a contratar 8 mil MW de energia gerada a gás natural como "energia de reserva de capacidade", ou seja, de forma compulsória. A justificativa era de que essa energia "firme" ajudaria a diminuir o risco provocado pelas oscilações das fontes renováveis, como eólica e solar, que não geram energia 24 horas por dia.

O texto ia além e determinava a localização onde essas usinas térmicas a gás natural deveriam ser construídas, incluindo Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Coincidentemente, regiões nas quais o empresário Carlos Suarez detém participações em empresas distribuidoras de gás, mas onde não há oferta de gás disponível.

O problema para Suarez é que o mesmo projeto também determinou um "preço-te-to" para a contratação dessa energia, que tinha como referência um leilão a gás realizado em 2019, corrigido apenas pela inflação. Isso inviabilizou o negócio, pelos custos

que envolvem o transporte do gás da costa até essas localidades, o que poderia ser feito por meio de gasodutos, mas que ainda precisam ser construídos.

O primeiro relatório da MP do setor elétrico do senador Eduardo Braga (MDB-AM) voltava com obrigatoriedade de contratação desse gás, mas desta vez sem preço-teto. No setor elétrico, essa medida foi vista como uma forma de viabilizar, enfim, as usinas térmicas.

Com um valor acima do praticado em regiões onde há gás disponível, a energia (mais cara) dessas usinas bancaria a construção dos gasodutos. Após pressão dos setores e do governo, Braga foi obrigado a recuar.

Em outra parte do texto, contudo, permaneceu a previsão de construção de gasodutos com os recursos do fundo do petróleo, o que viabiliza por si só a chegada do combustível aos Estados. Isso pode fazer com que essas termoeletricas consigam oferecer energia a um preço de energia abaixo do teto, o que as tornaria viáveis.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Acabou o fingimento sobre a meta fiscal (Editorial)

O governo conseguiu aval do Congresso para perseguir o piso da meta fiscal e se livrou da necessidade de cortar R\$ 30,2 bilhões em despesas neste ano. Uma emenda incluída em um projeto aprovado na quinta-feira passada modificou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para permitir que o Executivo se baseie no limite inferior da meta - que permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou R\$ 31 bilhões -, em vez do centro, que estabelece déficit zero.

A proposta foi aprovada em votação simbólica e sancionada no dia seguinte, indicação clara da existência de um acordo entre governo e parlamentares para fazer frente ao Tribunal de Contas da União (TCU). Em setembro, a Corte de Contas havia alertado o governo de que a estratégia de buscar o piso da meta desrespeitava as normas fiscais hoje em vigor.

O ceticismo que este jornal demonstrou naquele mês sobre a efetividade da cobrança do TCU se mostrou acertado.

O governo não só recorreu da decisão, como aproveitou para mudar a lei para ter o conforto legal e jurídico de fazer o que bem entendesse sem que ninguém fosse responsabilizado. Na prática, o centro da meta fiscal, que o governo fingia perseguir, se tornou uma lenda urbana.

O piso da meta, que só deveria ser admitido como forma de acomodar situações fiscais imprevistas e excepcionais, virou a meta em si mesma.

O apoio da maioria do Congresso não surpreendeu. Se a decisão do TCU tivesse de ser cumprida à risca, não haveria maneira de poupar as emendas parlamentares da tesourada. O congelamento de despesas teria de subir de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 42,3 bilhões ao fim de novembro. Ao menos R\$ 6,8 bilhões em emendas seriam atingidos, segundo reportagem do Estadão.

Demorou, mas a equipe econômica rasgou a fantasia. Após a decisão do TCU, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sustentava que o governo buscava o centro da meta fiscal. Na semana passada, no entanto, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, finalmente reconheceu que atingir esse objetivo

não era factível. "Não haveria despesas discricionárias que pudessem ser contingenciadas, faltando dois meses para o encerramento do exercício, para dar conta dessa magnitude", afirmou.

Um corte de despesas de R\$ 30,2 bilhões no último bimestre do ano realmente poderia paralisar a máquina pública.

Dito isso, deve-se refletir sobre as razões pelas quais não será possível atingir o objetivo com o qual o governo havia se comprometido neste ano. A razão está na própria elaboração do Orçamento, que subestimou os gastos e superestimou a arrecadação.

Não foi um erro accidental. Em maio, na revisão bimestral de receitas e despesas, o governo já sabia que os números não batiam, tanto que anunciou um congelamento de R\$ 31,3 bilhões em despesas e a mudança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empresas, risco sacado e previdência privada.

Entre idas e vindas, o governo revogou a parte do decreto que havia sido interpretada como uma medida de controle cambial, o Legislativo ainda assim o derrubou e o Supremo Tribunal Federal (STF) o restabeleceu parcialmente.

O mal-estar rendeu novas medidas.

Daí nasceu a Medida Provisória 1.303, que acabava com a isenção das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e do Agronegócio (LCAs) e aumentava a tributação sobre bets e fintechs. O governo cedeu mais do que deveria e a proposta foi severamente desidratada ao longo das negociações, mas ainda assim foi rejeitada na Câmara no início de outubro.

De tudo, ficou a revisão de gastos com o seguro-defeso, a inclusão do Pé-de-Meia no piso constitucional da Educação e o limite a compensações tributárias, abarcados por outro projeto de lei aprovado pela Câmara na semana passada. O governo ainda quer ampliar a tributação sobre bets e fintechs, mas já desistiu de taxar os títulos isentos.

Em resumo, o Orçamento deste ano nunca parou em pé e o do ano que vem deve seguir a mesma linha. O governo quer arrecadar mais, o Congresso não abre

mão de suas emendas e, a um ano da eleição, ninguém quer cortar gastos. O Executivo investe na narrativa que opõe ricos e pobres e o Legislativo diz não aceitar aumento de **impostos**, mas ambos compactuam com a busca do piso da meta fiscal e fingem não ver que a dívida bruta não para de subir. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CPI do INSS prende, por falso testemunho, presidente de entidade que movimentou R\$ 410 milhões

Brasília

O presidente da CPI do **INSS**, senador Carlos Viana (Podemos-MG), determinou a prisão, na madrugada desta terça-feira, 4, de Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA). O pedido foi feito pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). É a terceira prisão da CPI.

O presidente da CPI do **INSS**, senador Carlos Viana (Podemos-MG), determinou a prisão, na madrugada desta terça-feira, 4, de Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA). O pedido foi feito pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). É a terceira prisão da CPI.

"Em uma série de oportunidades, o depoente, estando na condição de testemunha, fez afirmação falsa, negou e calou a verdade", disse Viana. "Em nome dos aposentados, quase 240 mil que a CBPA enganou, senhor Abraão Lincoln da Cruz, o senhor está preso."

Para fundamentar o pedido, Gaspar mencionou quatro episódios. O primeiro foi o silêncio mantido sobre conhecer Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do **INSS**, o que teria se caracterizado como tentativa de calar a verdade; o segundo, foi a declaração sobre a relação com Gabriel Negreiros. Abraão Lincoln disse ter relação "institucional". O relator apontou que a relação era mais próxima.

O terceiro caso foi sobre quando não informou que Adelino Rodrigues Junior tinha amplos poderes para mover recursos da CBPA. "Em ambas, fez afirmações falsas e calou a verdade", diz Gaspar. O quarto caso, por fim, se refere a uma pergunta sobre a saída de Abraão Lincoln sobre a saída da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA). Ele disse que tinha saído por renúncia - o senador Fabiano Contarato (PT-ES) mostrou que ele saiu por determinação judicial.

"Em quatro oportunidades, o depoente, na qualidade de testemunha nesta Casa faltou com a verdade, fez afirmação falsa ou calou a verdade. E por conta disso

solicito a Vossa Excelência, em respeito ao povo brasileiro e aos parlamentares, que o depoente seja preso em flagrante", pediu Gaspar.

Pouco após o começo da sessão, ao depoente decidir permanecer em silêncio para todas as perguntas, Gaspar ameaçou o pedido de prisão. "Ao final do depoimento eu vou escolher exatamente os motivos do pedido de prisão em flagrante por falso testemunho por calar a verdade. Para mim não muda muito o efeito. Não vou de forma nenhuma questionar o motivo de ele manter-se em silêncio em perguntas que não o autoincriminam. Isso talvez vá me ajudar no final dos trabalhos", afirmou o relator.

A confederação teve, ao mesmo tempo, negócios com empresas de Antônio Camilo Antunes, o Careca do **INSS**, e relações financeiras com políticos de Estados como Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão. Além dos elos regionais, tem forte atuação em Brasília. Ela conta com assento no Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), do governo federal. O representante é o deputado estadual Juscelino Miguel dos Anjos (Republicanos-PB).

A CBPA é uma das investigadas pela Polícia Federal na Operação Sem Desconto, deflagrada em abril. A entidade e seu presidente tiveram bens bloqueados. Para a CPI do **INSS**, a confederação de pesca é um dos "eixos da arquitetura criminoso desvelada pela Operação Sem Desconto e responsável por um impacto financeiro estimado em R\$ 221,8 milhões subtraídos de forma contumaz e sistêmica dos benefícios de aposentados e pensionistas".

Outra suspeita apontada no relatório do Coaf diz respeito à movimentação de R\$ 410 milhões na conta aberta em uma agência do Banco do Brasil em Ceilândia, periferia de Brasília, entre maio de 2024 e maio de 2025. No período, foram R\$ 205,5 milhões em entradas e R\$ 204,4 milhões em saídas.

Além de Abraão Lincoln prendeu Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), e Rubens Oliveira Costa, apontado pela Polícia Federal como intermediário do

Careca do **INSS** - ambos por falso testemunho.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

CPI do **INSS** prende, por falso testemunho, presidente de entidade
que movimentou R\$ 410 milhões

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/11/04/cpi-do-inss-prende-por-falso-testemunho-presidente-de-entidade-que-movimentou-r-410-milhoes.htm>

Ascensão social está mais difícil para os mais pobres, diz estudo

Por Isabela Bolzani, g1 - São Paulo

A ascensão de status e classe social tende a se tornar mais difícil para as faixas de renda mais baixa, indica um estudo da Tendências Consultoria divulgado em primeira mão para o g1.

Segundo a pesquisa, a queda da chamada mobilidade social - ou seja, na capacidade das pessoas de melhorarem de vida - acompanha uma tendência observada em países com alta desigualdade de renda e reflete o que o mercado chama de "educação não revertida em produtividade".

Na prática, isso significa que os grupos sociais mais pobres nem sempre conseguem converter mais anos de estudo em produtividade ou aumento de renda - como conquistar empregos melhores, por exemplo, ou obter promoções com salários mais altos.

O estudo também aponta que o cenário de juros elevados tem aumentado a renda das classes mais altas e piorado o orçamento das mais baixas.

Isso acontece porque, enquanto as altas taxas beneficiam famílias cuja renda depende da remuneração do capital financeiro - como investimentos -, as classes mais baixas enfrentam um momento de restrições de crédito e menor capacidade de pagamento.

A ascensão de status e classe social está mais difícil para pessoas de renda mais baixa, aponta um estudo da Tendências Consultoria divulgado em primeira mão para o g1.

Segundo a pesquisa, a redução da chamada mobilidade social - ou seja, a capacidade de melhorar de vida - segue uma tendência comum em países com grande desigualdade de renda e reflete o que o mercado chama de "educação não revertida em produtividade".

??Baixe o app do g1 para ver notícias em tempo real e de graça

?? Na prática, isso significa que os grupos mais pobres nem sempre conseguem transformar mais anos de estudo em produtividade ou aumento de renda - como conquistar empregos melhores ou receber

promoções com salários mais altos, por exemplo.

Segundo a consultora da Tendências Giuliana Folego, o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por alta informalidade, baixos salários e forte segmentação.

Veja os vídeos em alta no g1:

Assim, mesmo com maior acesso ao mercado de trabalho, pessoas de renda mais baixa tendem a permanecer em empregos de baixa remuneração e pouca proteção social.

Ou seja, embora o ingresso no mercado de trabalho seja o principal caminho para reduzir a pobreza, isso não é suficiente para superá-la.

"Esse descompasso decorre, principalmente, da baixa qualidade da educação básica, do desalinhamento entre os currículos escolares e demandas do mercado de trabalho, bem como da limitada oferta de empregos qualificados", explica a consultora.

"Assim, mesmo com avanços formais em escolaridade, os trabalhadores desses grupos continuam concentrados em ocupações de baixa remuneração e produtividade, o que mostra que a ampliar o acesso à educação, sem melhorias estruturais no ensino e no setor produtivo, não é suficiente para viabilizar uma mobilidade social efetiva", completa.

Juros altos: ricos mais ricos, pobres mais pobres

O estudo também mostra que os juros elevados têm aumentado a renda das classes mais altas e piorado o orçamento das mais baixas.

Isso acontece porque, enquanto as altas taxas favorecem famílias cuja renda depende da remuneração do capital financeiro - como rendimentos de investimentos, por exemplo -, as classes mais baixas enfrentam um momento de restrições de crédito e menor capacidade de pagamento.

"A taxa de juros em patamares elevados favorece muito o aumento da remuneração [de ativos], principalmente para a classe A, que vive principalmente da renda proveniente do mercado

financeiro", explica Folego.

O estudo mostra que, enquanto as famílias de classe A têm 72% da renda total vinda de fontes além do trabalho e da **previdência social**, nas classes mais baixas esse percentual é de 1,3%.

??A categoria "outras fontes de renda" considera informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Governo Federal. Os dados incluem seguro-desemprego, pensão alimentícia, aluguel ou arrendamento, renda de ativos financeiros e rendas habituais (como lucros e dividendos, ganhos de capital, indenizações, etc.), outros programas sociais e benefícios assistenciais emitidos pelo **INSS**, entre outros.

Esse cenário se agrava com a expectativa de desaceleração do mercado de trabalho nos próximos meses e com o reajuste nulo do Bolsa Família em 2026 - o que deve fazer com que a renda dos mais pobres cresça menos do que as das demais classes neste e no próximo ano.

"As classes D e E devem mostrar um crescimento menor, que é principalmente condicionado ao reajuste nulo do Bolsa Família. Também há uma queda no número de beneficiários desde o ano passado, por conta das regras mais rigorosas e mecanismos de fiscalização do programa", diz Folego.

Veja abaixo:

A consultora da Tendências ressalta que a desaceleração na massa de renda das famílias deve acontecer mesmo em ano eleitoral - período em que o governo costuma priorizar políticas sociais e de transferência de renda.

"Já temos algumas coisas previstas para 2026, como a ampliação do programa 'Gás do povo', que deve ser expandido, e a tarifa social de energia elétrica, que deve oferecer gratuidade total para famílias inscritas no CadÚnico com consumo até 80 kWh por mês", diz.

Consumo mais caro

Ainda segundo o estudo, as classes de renda mais baixa também são as que mais gastam, proporcionalmente, com itens essenciais. Veja abaixo:

Segundo a Tendências, embora a **inflação** de itens essenciais tenha desacelerado ao longo deste ano - especialmente por conta dos preços dos alimentos - a sensação de que os preços continuam altos ainda é expressiva entre a população, principalmente nas faixas de renda mais baixa.

"Isso ocorre porque, mesmo com a desaceleração, os preços continuam em trajetória de alta. Um exemplo é a expectativa de elevação de 4% para o preço dos alimentos até o final de 2025, conforme o IPCA", diz Folego.

Além disso, a consultora destaca que outros itens importantes da cesta de consumo das famílias - como energia elétrica e tarifas de transporte público - continuam a pressionar o orçamento doméstico.

"Para 2026, projeta-se uma leve desaceleração da **inflação** de itens essenciais, especialmente energia elétrica. Contudo, a tendência é que os preços desses itens continuem sua trajetória de alta, mesmo que em ritmo mais moderado", afirma.

Alívio com medidas do governo

Mesmo assim, a consultoria prevê que as medidas recentemente anunciadas pelo governo podem trazer algum alívio às famílias das classes C, D e E nos próximos meses.

Além da expansão de programas como o "Gás do povo" e da tarifa social de energia elétrica, a consultora destaca reformas em discussão pelo governo relacionadas à renda - como a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a isenção parcial para rendas de até R\$ 7,3 mil, por exemplo.

"Nesse caso, o benefício fiscal seria direcionado justamente à classe C, formada por famílias com renda mensal entre R\$ 3.500 e R\$ 8.500", diz Folego.

A consultora acrescenta que, caso a validade indeterminada da proposta seja aprovada, a tendência é que esses valores sejam direcionados para o consumo.

"Com isso, as famílias passariam a contar com uma renda um pouco maior. E a Classe C, principalmente, tende a converter isso em consumo", conclui.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/04/estudo-tendencias-consultoria.ghtml>

Entidade sem funcionários faturou R\$ 221 milhões, diz CGU

Um documento da Contro-ladoria-Geral da União (CGU) aponta que a Confederação Brasileira dos Trabalhadores de Pesca e Aquicultura (CBPA) não possui funcionários registrados, mas registrou alta exponencial no número de filiados após celebrar convênio com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A entidade é suspeita de realizar descontos indevidos nas aposentadorias de dezenas de milhares de segurados.

O relatório da CGU, utilizado para abertura de processo de responsabilização contra a confederação, aponta que a CBPA não tem estrutura para atender ao número de filiados e, portanto, há fortes indícios de fraude. Segundo o documento, a entidade não tinha um associado em 2022, quando firmou o acordo de cooperação técnica (ACT) com o **INSS** para efetuar descontos de mensalidades sobre aposentadorias. Já em 2023, o número de filiados chegou a mais de 340 mil, com arrecadação anual de R\$ 57,8 milhões.

No primeiro trimestre de 2024, os filiados atingiram 445 mil, e o faturamento chegou a R\$ 41,2 milhões. O relatório destaca a velocidade do crescimento: em junho de 2023 havia 34.964 descontos ativos, enquanto em julho do mesmo ano o total saltou para 222.511, um aumento de 187.547 descontos em apenas um mês.

Site: <http://edicaodigital.atarde.com.br/index.xhtml>

Comissão vota hoje isenção do IR após Fazenda negar perda de arrecadação

Caetano Tonet e Jéssica Sant'Ana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vota nesta terça-feira (4) o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR). O relator do projeto e presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que lerá seu parecer, manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados após receber uma resposta formal do Ministério da Fazenda de que a proposta é "neutra fiscalmente" ou "tendente à neutralidade".

Calheiros fez apenas ajustes de redação no texto e, caso não haja pedido de vista, o projeto será votado na quarta-feira (5), quando também está na pauta do plenário.

O senador afirmou que havia mudanças de mérito que gostaria de fazer no texto, mas essa não foi sua opção porque a falta de um acordo com o governo e a Câmara faria a matéria voltar para análise dos deputados. "É o momento de sermos pragmáticos para possibilitarmos a aprovação do texto e encaminhá-lo para a sanção ainda este ano, para que surta efeitos em janeiro próximo", disse.

Por outro lado, o senador defendeu a aprovação de um outro projeto de lei, de sua autoria, que aumenta a tributação de bets, bancos e fintechs, para compensar um eventual impacto fiscal negativo da reforma do IR. "Essa proposição contempla outras matérias relevantes para o equilíbrio fiscal brasileiro, assegurando que o debate sobre a justiça fiscal no país continue a avançar de forma técnica, responsável e permanente", defendeu o senador.

Como mostrou o Valor, Renan Calheiros cobrou publicamente a Fazenda por números que comprovassem a neutralidade fiscal do texto da reforma do IR aprovado na Câmara, onde o relator foi seu rival na política alagoana, o deputado Arthur Lira (PP-AL).

Na resposta enviada ao senador, a Fazenda analisou cálculos que estimam que o projeto da reforma do IR não é neutro fiscalmente: um da Instituição Fiscal Independente (IFI), que aponta uma renúncia líquida de receita de R\$ 1 bilhão por ano, e outro da Consultoria do Senado, que aponta uma perda líquida de R\$ 4 bilhões por ano. Segundo a

Renan Calheiros também pautou projeto que dobra tributação de bets, bancos e fintechs equipe econômica, a reforma é neutra fiscalmente ou tende à neutralidade, por isso pode ser aprovada pelo Senado sem exigir novas compensações.

A posição da Fazenda, segundo fontes, convenceu o relator a abandonar a ideia de desmembrar o texto e enviar para sanção presidencial apenas a isenção do IR, devolvendo para a Câmara os trechos acrescentados por Lira.

Apesar do recuo, Calheiros decidiu colocar na pauta da CAE um projeto cuja projeção de arrecadação é de R\$ 4,98 bilhões em 2026, chegando a R\$ 18,04 bilhões no acumulado de três anos. O montante previsto para o ano que vem se aproxima do impacto de R\$ 4 bilhões calculados pela consultoria do Senado.

Na prática, o texto também retoma alguns pontos polêmicos da medida provisória com alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que caducou após não ser apreciada pela Câmara em setembro. O governo prometeu enviar esses pontos polêmicos em projeto de lei a parte, mas até o momento não encaminhou essa proposta ao Legislativo.

O parecer é do líder do MDB na Casa, senador Eduardo Braga (AM), que manteve a proposta apresentada por Calheiros. O projeto dobra a tributação de casas de apostas, passando de 12% para 24%. Metade desse acréscimo - 12% - será destinada à **seguridade social**, com foco em ações na área da saúde. Entre 2026 e 2028, esse valor adicional poderá ser repassado parcial ou integralmente aos Estados e municípios, como forma de compensar perdas de arrecadação com a reforma do IR. Na medida provisória do IOF, o governo havia proposto 18%.

O texto prevê um aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diversas instituições financeiras. A alíquota passa de 15% para 20% no caso de bancos e sociedades de crédito, financiamento e investimento e de 9% para 15% para fintechs, distribuidoras de valores mobiliários e corretoras. É a mesma proposta que o governo fez na

MPdo IOF.

O parecer de Braga, contudo, não prevê o aumento de 15% para 20% na retenção de IR cobrado no pagamento de juros sobre capital próprio (JCP), cluc 0 governo tentou emplacar via MP do IOF.

A proposta do IR é a principal aposta eleitoral de Lula para 2026. O projeto estende para quem recebe até R\$ 5 mil por mês a isenção cio Imposto de Renda e dá um desconto parcial para salários até RS 7.350. Em compensação, cria um imposto mínimo efetivo sobre a alta renda, chegando à alíquota cie 10% para rendimentos a partir cie RS 1,2 milhão por ano.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)**

Disputa política em CPI do crime organizado preocupa o governo

Gabriela Guido e Caetano Tonet

O Senado deve instalar nesta terça-feira (4) a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a atuação do crime organizado no Brasil. O governo preocupa-se que a atuação da oposição, em meio ao destaque que a pauta de segurança pública ganhou desde a semana passada, possa gerar um desgaste à imagem de Luiz Inácio Lula da Silva às vésperas do ano eleitoral.

O governo, até o momento, não tem a maioria dos votos do colegiado garantida. Entre os 11 membros titulares, Executivo e oposição têm cinco votos garantidos para cada lado. O posicionamento do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) - que é independente, mas geralmente vota com o Planalto - pode ser responsável pelo desempate.

Senadores da oposição apostam que ele será crítico à gestão de Lula na segurança pública, já que a maioria das pessoas do Estado do parlamentar, o Mato Grosso do Sul, posiciona-se como de direita. Integrantes do governo, por sua vez, avaliam que o senador do PSD tende a apoiar o governo e a avisar quando votará de forma contrária. Procurado, o senador não retornou.

O Palácio do Planalto está preocupado com o impacto que o colegiado, cuja duração deve entrar no ano eleitoral, pode ter na imagem de Lula - temor ainda maior do que o provocado pela CPI mista que investiga as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A atual sensação de insegurança dos brasileiros e as recentes investidas de governadores de direita contra a atuação do Executivo na área levam os aliados do governo a crer que o desgaste desta CPI pode ser maior nas eleições de 2026.

Por isso, o Planalto indicou senadores de peso para a comissão, como o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder do PT na Casa, Rogério Carvalho (SE). Na mesma linha, a oposição nomeou os parlamentares mais vocais sobre o tema, como os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Sérgio Moro (União-PR).

O governo também tenta emplacar um nome para a

presidência do colegiado, o do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que é delegado e tem conhecimento sobre o tema, ou de Wagner. O relator escolhido deve ser o senador Alessandro Vieira (MDB-SE),

"Se a gente discutir os fatos, a gente pode driblar [as disputas políticas]" Alessandro Vieira autor do requerimento que propôs a criação do colegiado.

O nome de Contarato é defendido por aliados do Executivo por ele ter um perfil mais técnico. O delegado é visto como um senador que pode romper a resistência da oposição diante da indicação governista para a presidência do colegiado.

Consultado, Contarato disse que ainda não há uma definição sobre o nome e se colocou disponível para assumir a posição. "A definição ainda está em construção. O mais importante é que a CPI do crime organizado tenha um trabalho sério e técnico, e eu estou à disposição do partido para colaborar no que for necessário", disse em nota.

Já a oposição planeja lançar a candidatura de Flávio, que preside a Comissão de Segurança Pública do Senado, para comandar os trabalhos da CPI.

Na semana passada, após a operação no Rio de Janeiro que matou 121 pessoas, governadores de direita se reuniram para discutir o assunto e criticaram a atuação do Executivo na área de segurança pública. Integrantes do Planalto viram o movimento como uma politização do tema.

Para Vieira, é possível que o colegiado seja utilizado como um "palanque" político e eleitoral, mas ele aposta no debate técnico para baixar os ânimos dos membros da CPI. "É natural que você tenha uma disputa de narrativas políticas e eleitorais. Se a gente discutir os fatos, que são sérios, a gente pode conseguir driblar isso", afirmou o senador ao Valor.

De maneira oposta, o senador Mareio Bittar (PL-AC), que será suplente do colegiado, acredita que não há como fazer um debate sobre o tema sem envolver a polarização. "Eu acho ingenuidade imaginar que vamos sair da polarização. Essa é uma das pautas que mais diferenciam esses dois pensamentos", disse.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/188399?page=1§ion=1)**

DISPUTA NA SEGURANÇA - Por lei 'antifacção', governo atua para neutralizar e adiar análise de projeto da oposição na Câmara

**EDUARDO GONÇALVES, CAMILA TURTELLI,
LAURIBERTO POMPEU E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS**
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Pressionado pelo avanço da pauta de oposição na área de segurança pública, o Palácio do Planalto intensificou ontem os esforços para tentar adiar a votação de proposta, marcada para hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que equipara grupos criminosos a terroristas. A ideia é esvaziar esse texto para tentar emplacar o "projeto de lei antifacção", que prevê um tipo penal específico para essas organizações criminosas.

Durante a tarde e a noite de ontem, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), ligou para parlamentares com o objetivo de persuadi-los a barrar a sessão. Em outra frente, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva busca o controle da CPI do crime organizado para evitar o desgaste político com o tema. A instalação também está marcada para hoje.

ESVAZIAMENTO COMO META

A tipificação de "facção criminosa", incluída de última hora no projeto do governo, teve como estratégia justamente enterrar o texto que trata integrantes de grupos como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) como terroristas.

O cálculo no Planalto é que, aliado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, enviada em abril, o texto contempla os principais pontos defendidos pela oposição no projeto que altera a Lei Antiterrorismo.

Na prática, equiparar as facções criminosas a grupos terroristas resultaria em penas maiores para seus integrantes e, obrigatoriamente, uma atuação mais efetiva das forças federais para combatê-las.

As punições mais severas, na visão do governo, estão previstas no projeto de lei antifacção, que também

amplia os instrumentos de investigação à disposição das forças de segurança, como a possibilidade de contar com infiltrados e empresas fictícias nas redes criminosas e o perdimento antecipado de bens. Já a participação mais efetiva da União na segurança é uma das premissas da PEC.

Desta forma, avaliam aliados de Lula, o governo evita possíveis efeitos colaterais de se equiparar facções criminosas a grupos terroristas. Segundo governistas, admitir a presença de grupos terroristas no país poderia abrir brechas para intervenções externas no Brasil.

Após a CCJ marcar a votação do projeto ligado à oposição, houve forte reação da base do governo.

-É um absurdo que isso seja pautado antes da lei antifacção. Chega a ser uma piada em um momento sério. A lei antifacção tem uma pena maior na pena mínima do que a do terrorismo. Qual é o sentido? Vulnerabilizar o princípio da nossa soberania, e incitando a agressão de um outro país -contestou o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ).

Já a oposição, além de ter se movimentado na CCJ, quer que a iniciativa do governo tramite junto ao PL que altera a lei de terrorismo. Regimentalmente, os textos seriam "apensados" e caberia a um relator definir uma redação para ir a plenário.

Na CCJ, o relator é o deputado Nikolas Ferreira (PLMG), que já declarou que, se o texto passar ao plenário, ficará sob responsabilidade do secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite. Ele é deputado licenciado pelo PP e deverá reassumir o mandato temporariamente.

Os governistas consideram a possibilidade de apensar um projeto ao outro um "absurdo" e dizem que vão lutar contra essa hipótese. A gestão Lula busca evitar possíveis efeitos na nova classificação das facções. Isso acontece porque, ao declarar oficialmente uma

organização como terrorista, o Estado reconheceria que ela constitui uma ameaça à segurança global, o que poderia justificar ações mais invasivas como as realizadas pelos Estados Unidos

em países como Paquistão, Iêmen e Somália. Os EUA, por exemplo, usam o conceito da "extraterritorialidade" para atacar grupos terroristas em nações onde não têm jurisdição.

Além da questão da soberania nacional, o governo entende que a medida pode impactar a ordem econômica. Os países que abrigam terroristas podem ficar sujeitos a sanções contra bancos e empresas; fundos privados possuem cláusulas que dificultam investimentos em locais onde há a presença dessas organizações e, devido ao aumento do risco, o preço dos seguros costuma ser mais elevado.

CPI: LUTA POR ESPAÇO

Já na CPI do crime organizado, a direita tenta cooptar o colegiado e transformá-lo em um palanque político, num movimento que amplia a pressão sobre Lula.

No Senado, a CPI nasce com maioria oposicionista. Proposta pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e autorizada por Davi Alcolumbre (União-AP), a comissão investigará a atuação de facções e milícias, em meio à repercussão da operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro, que deixou 121 mortos.

A oposição tenta emplacar Flávio Bolsonaro (PLRJ) na presidência e aposta em usar o colegiado como palanque para reforçar o discurso de endurecimento contra o crime. A base do governo ainda tenta reverter a composição para evitar uma derrota semelhante à da CPI do **INSS**, que acabou dominada por senadores independentes e oposicionistas.

O preferido dos senadores petistas para assumir a presidência do colegiado é Fabiano Contarato (ES), que é delegado da Polícia Civil e tem bom trânsito, inclusive, com a oposição da Casa. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve ser indicado para compor a CPI e poder atuar nos embates com os bolsonaristas.

Principais pontos

Lei Antiterrorismo

Enquadramento. O projeto, relatado pelo deputado Guilherme Derrite (foto) equipara a atuação de facções criminosas e de milícias a organizações terroristas ao incluir, no rol de motivações da Lei Antiterrorismo, "impor domínio ou controle de área territorial", em referência direta ao que fazem as facções em

comunidades.

Punição. O enquadramento pode dar de 12 a 30 anos de prisão, além de transferir a apuração de crimes para a esfera federal. Há previsão para aumento de pena para ações como utilização de granadas e fuzis e para criação de barricadas.

Ação internacional. Ao enquadrar as facções como terroristas, a lei amplia as possibilidades de cooperação internacional e bloqueio de bens com base em tratados multilaterais.

Pacote antifacção

Novo crime. Cria a "organização criminosa qualificada", que prevê pena de até 15 anos de prisão para grupos que tentem controlar territórios e atividades econômicas, por meio de "violência e ameaça". O objetivo é enquadrar facções e milícias.

Penas mais duras. A pena prevista no projeto criado pelo ministro Ricardo Lewandowski (foto) sobe para até 30 anos se houver homicídio em favor da "organização criminosa qualificada". Também foi endurecida a punição para organização criminosa simples: até 10 anos de prisão.

Sequestro de bens. A Justiça poderá decretar a apreensão de bens e valores do investigado no curso do inquérito ou durante a ação penal, se houver suspeita de que são frutos do crime.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/lo-globo>

CBPA fraudou R\$ 221 milhões

VANILSON OLIVEIRA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS** denunciou, ontem, durante a sessão que ouviu o presidente da Confederação Brasileira de Pescadores e Aquicultores (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, que a entidade teria cadastrado mais de 40 mil pessoas já falecidas como associadas e movimentar mais de R\$ 221 milhões. A denúncia foi baseada em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou a tentativa de inclusão irregular de beneficiários mortos em cadastros associativos.

O relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), ameaçou, logo do início dos trabalhos, pedir a prisão de Cruz. A declaração se deu na primeira hora da oitiva, depois de o presidente da CBPA se negar, diversas vezes, a responder os questionamentos do relator. "Não importa sua negativa, no final dessa oitiva, eu já sei que medida irei tomar ao seu respeito", disse Gaspar. A CBPA é uma das alvos da Operação Sem Desconto.

Segundo os autos do processo, ficou comprovado, pelas investigações, que a confederação possui negócios com as empresas de Antônio Camilo Antunes, conhecido como "Careca do **INSS**", além de relações financeiras com políticos de estados da Paraíba, Maranhão e do Rio Grande do Norte. Também ficou comprovado forte vínculo da CBPA em Brasília, já que a entidade conta com assento no Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), do governo federal.

Gaspar apresentou dados oficiais da investigação que mostram movimentações expressivas da confederação nos últimos dois anos. "Mais de 40 mil mortos tiveram seu cadastro como tentativa de inclusão e desconto associativo", afirmou. O relator perguntou ao presidente da CBPA se ele exercia a presidência da entidade em 2023 e 2024. O depoente confirmou a função, mas preferiu permanecer em silêncio diante da pergunta sobre a responsabilidade pela tentativa de fraude.

O parlamentar destacou que, em junho de 2023, a CBPA enviou ao sistema do **INSS** 196.852 cadastros para descontos associativos, dos quais 190 mil foram aceitos, com uma taxa de rejeição de apenas 3%. "Isso aqui é quase um aluno tirar nota dez na prova. O sucesso foi de 97%.

O **INSS** fiscalizou o quê? Conferiu o quê?", questionou

o relator, exibindo os dados em um telão.

Gaspar disse que esse número de cadastros aprovados sem verificação prova uma grande falha da Previdência e da Dataprev.

O relator disse ainda que a confederação passou de 4 cadastros mensais em maio de 2023 para 64 mil em junho do mesmo ano, atingindo 757 mil registros até 2025.

"Em um dia, a CBPA conseguiu 24 mil filiações. Isso é um caso a ser estudado", ironizou. Gaspar também apontou os repasses feitos pela CBPA para empresas ligadas ao Careca do **INSS**. Entre os repasses mencionados estão R\$ 15 milhões à Titânio, R\$ 25 milhões à Plataforma Consultoria e R\$ 9 milhões à Próspera Consultoria.

Em toda a arguição do relator Alfredo Gaspar, o acusado dizia não se lembrar de nada ou se recusava a responder, mantendo o direito de ficar em silêncio. A situação ocasionou risos e falas irônicas dos parlamentares, a ponto de o presidente da comissão pedir silêncio e respeito.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7988/04-11-2025.html?all=1>